

# FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

## CONSULTA PÚBLICA n° 01/2012

NOME: **Microsoft Corporation**

<input type="checkbox"/> Agente <input checked="" type="checkbox"/> Usuário <input type="checkbox"/> Representante de uma categoria ou associação	<input type="checkbox"/> Representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> Representante de um órgão de defesa do consumidor <input type="checkbox"/> Outros, especificar: _____	
<b>Comentários sobre os Procedimentos para o Exame de Pedidos de Patentes Envolvendo Invenções Implementadas por Programas de Computador</b>		
ITEM DAS DIRETRIZES	ALTERAÇÃO PROPOSTA	FUNDAMENTOS
<b>2.1 §2º</b>	<p><b>Texto original do INPI:</b> Por exemplo, alterações no código fonte do programa, sem alteração no método, que tragam o benefício de maior velocidade, menor tamanho, modularidade, etc., apesar de serem efeitos técnicos, pertencem ao âmbito do programa de computador em si.</p> <p><b>Alteração proposta:</b> Por exemplo, alterações no código fonte do programa, sem alteração na funcionalidade do método subjacente, que tragam o benefício de maior velocidade, menor tamanho, modularidade, etc., apesar de serem efeitos técnicos, pertencem ao âmbito do programa de computador em si.</p>	<p>A alteração sugerida serve para garantir o entendimento de que um método inventivo é patenteável mesmo que um elemento do método seja implementado em um computador que executa um programa de computador, conforme mencionado em trechos subsequentes que afirmam que uma solução técnica para um problema técnico resolvido através de um processo pode ser protegida em uma patente, desde que não se refira ao programa de computador em si. Em outras palavras, se a solução proposta satisfaz os requisitos de patenteabilidade (efeito técnico, novidade, atividade inventiva), então, ela é patenteável, desde que se refira a outra coisa que não o programa de computador literal usado na solução, tal como a função resultante da execução do programa de computador.</p>
<b>2.1 §6º</b>	<p><b>Texto original do INPI:</b> A simples interação entre o programa de computador e o <i>hardware</i> não garante que a criação como um todo seja considerada invenção.</p> <p><b>Alteração proposta:</b> Interações básicas presentes em qualquer programa que executa em <i>hardware</i>, tais como processos conhecidos para leitura de memória, caches de memória, gravação de memória, operações de cache e similares, não garantem que a criação como um todo será considerada invenção. Efeitos técnicos que vão além dessas interações básicas, sejam eles internos ou externos de um</p>	<p>O texto proposto esclarece mais precisamente a dúvida entre o que é e o que não é considerado invenção nos termos do artigo 10 (V) da Lei de Propriedade Industrial (LPI).</p>

	computador, constituem efeitos técnicos suficientes para satisfazer a exigência.	
2.5 §1º	<p><b>Texto original do INPI:</b> A mera apresentação de informações não constitui invenção conforme o inciso VI do Art. 10 da LPI, salvo quando tal apresentação permitir uma melhor interface com o usuário que não seja meramente estética, e que traga uma funcionalidade, um efeito técnico, tal como um mecanismo que combina o número de cliques de um mouse com a seleção de um objeto determinado na tela.</p> <p><b>Alteração proposta:</b> A mera apresentação de informações não constitui invenção conforme o inciso VI do Art. 10 da LPI, salvo quando tal apresentação permitir uma melhor interface com o usuário que não seja meramente estética, e que traga uma funcionalidade, ou um efeito técnico. Os exemplos de melhorias nas interfaces com o usuário que constatariam um efeito técnico suficiente para justificar a concessão de uma patente incluem: (1) alterações que aumentem a eficiência e permitam que um usuário realize uma tarefa com menos esforço mental e/ou físico; (2) alterações que evitem inserções repetitivas de um item de dados ou erros de digitação; (3) representação de um estado interno da máquina para um usuário; (4) alocação de uma área da tela para resolver problemas técnicos conflitantes relacionados à exibição dos itens; e (5) criação de um modo de exibição que permita que o usuário visualize as relações entre os dados.</p>	Consistente com várias outras partes deste documento, o texto apresenta uma série de exemplos que ajudam a ilustrar a afirmação feita nesta seção. Especificamente, os exemplos adicionais ilustram casos de um efeito técnico associado com uma interface com o usuário que pode proporcionar uma base para a patenteabilidade. Em outras palavras, os exemplos são de situações não meramente associadas com a estética de uma interface com o usuário.
3.1	<p><b>Texto original do INPI:</b> Um algoritmo, a ser executado em determinado <i>hardware</i> e composto por instruções básicas, cujo objetivo é a resolução de um problema técnico produzindo efeito técnico pode ser considerado invenção.</p> <p><b>Alteração proposta:</b> Um algoritmo, a ser executado em um <i>hardware</i> e composto por instruções básicas, cujo objetivo é a resolução de um problema técnico produzindo efeito técnico pode ser considerado invenção.</p>	A proposta de alteração exclui a referência a "determinado <i>hardware</i> " para evitar confusão com a Seção 3.2, que afirma que uma invenção pode ser implementada em um computador de uso geral, bem como um dispositivo de uso específico. Desde que o algoritmo em questão seja utilizado em uma aplicação prática que produza um efeito técnico, e seja novo e inventivo, ele deve ser patenteável.
3.3 §1º, §2º	<p><b>Texto original do INPI:</b> Consideram-se processadores de texto o software ou programa de computador em si que são usados para editar textos. Enquanto programa de computador em si, os processadores de texto não são considerados invenção por incidirem no inciso V do Artigo 10 da LPI (Programa de computador em si.) Por outro lado, processamento de texto é considerado um processo aplicado a um texto. Da mesma forma que, por exemplo, um método de processamento de áudio ou vídeo, um método de processamento de texto pode ou não ser considerado invenção.</p>	O texto proposto elimina a ambigüidade presente nesta seção. No parágrafo 4 desta seção, os termos "processadores de texto" e "métodos de processamento de texto" são considerados congruentes. No entanto, os dois primeiros parágrafos também afirmam que "processadores de texto" não são patenteáveis, enquanto "métodos de processamento de texto" são patenteáveis. Não há necessidade de afirmar nesta seção que "os processadores de texto" são programas de computador em si. Os programas de computador em si são especificamente abordados na Seção 2.1. Se

	<p><b>Alteração proposta:</b> Processamento de texto é considerado um processo aplicado a um texto. Métodos de processamento de texto são patenteáveis, desde que os padrões básicos de patenteabilidade sejam satisfeitos pela execução dos métodos em um computador. Da mesma forma que, por exemplo, um método de processamento de áudio ou vídeo, um método de processamento de texto pode ou não ser considerado invenção.</p>	<p>um requerente tentar reivindicar o código do programa de computador literal referido como "processador de texto" em um pedido de patente, há suporte suficiente na Seção 2.1 para lidar com esse problema. Esta seção deve abordar o fato de que "os métodos de processamento de texto" podem ser patenteáveis, sujeitos a outros requisitos. A redação proposta alcança este objetivo.</p>
--	---	--

Este formulário deve ser enviado para o seguinte e-mail: [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br), ou por fax (0xx21) 3037-3638 ou diretamente para qualquer órgão de Recepção do INPI.

RESPONSÁVEL: Microsoft Corporation

DATA DE ENVIO: 14/05/12

RESPOSTA:

Os comentários referentes às propostas encaminhadas encontram-se abaixo.

ITEM: 2.1 §2º

TEXTO ORIGINAL:

Por exemplo, alterações no código fonte do programa, sem alteração no método, que tragam o benefício de maior velocidade, menor tamanho, modularidade, etc., apesar de serem efeitos técnicos, pertencem ao âmbito do programa de computador em si.

ALTERAÇÃO PROPOSTA:

Por exemplo, alterações no código fonte do programa, sem alteração na funcionalidade do método subjacente, que tragam o benefício de maior velocidade, menor tamanho, modularidade, etc., apesar de serem efeitos técnicos, pertencem ao âmbito do programa de computador em si.

RESPOSTA:

Não acatada. Entretanto, o texto foi alterado para melhorar o entendimento que qualquer alteração no código fonte pertence ao âmbito do programa de computador, sendo protegido pelo Direito de Autor e não pelo sistema de patentes.

ITEM: 2.1 §6º

TEXTO ORIGINAL:

A simples interação entre o programa de computador e o *hardware* não garante que a criação como um todo seja considerada invenção.

ALTERAÇÃO PROPOSTA:

Interações básicas presentes em qualquer programa que executa em *hardware*, tais como processos conhecidos para leitura de memória, caches de memória, gravação de memória, operações de cache e similares, não garantem que a criação como um todo será considerada invenção. Efeitos técnicos que vão além dessas interações básicas, sejam eles internos ou externos de um computador, constituem efeitos técnicos suficientes para satisfazer a exigência.

RESPOSTA:

Não acatada. Entretanto, o texto foi alterado para melhor esclarecer o que não é considerado invenção nos termos do Art. 10.

ITEM: 2.5 §1º

TEXTO ORIGINAL:

A mera apresentação de informações não constitui invenção conforme o inciso VI do Art. 10 da LPI, salvo quando tal apresentação permitir uma melhor interface com o usuário que não seja meramente estética, e que traga uma funcionalidade, um efeito técnico, tal como um mecanismo que combina o número de cliques de um

mouse com a seleção de um objeto determinado na tela.

**ALTERAÇÃO PROPOSTA:**

A mera apresentação de informações não constitui invenção conforme o inciso VI do Art. 10 da LPI, salvo quando tal apresentação permitir uma melhor interface com o usuário que não seja meramente estética, e que traga uma funcionalidade, ou um efeito técnico. Os exemplos de melhorias nas interfaces com o usuário que constatariam um efeito técnico suficiente para justificar a concessão de uma patente incluem: (1) alterações que aumentem a eficiência e permitam que um usuário realize uma tarefa com menos esforço mental e/ou físico; (2) alterações que evitem inserções repetitivas de um item de dados ou erros de digitação; (3) representação de um estado interno da máquina para um usuário; (4) alocação de uma área da tela para resolver problemas técnicos conflitantes relacionados à exibição dos itens; e (5) criação de um modo de exibição que permita que o usuário visualize as relações entre os dados.

**RESPOSTA:**

Não acatada. Os exemplos sugeridos são, em geral, demasiadamente genéricos e não definem, necessariamente, situações onde a matéria não constitui apresentação de informação. Entretanto, a seção foi revista para melhor esclarecer as situações nas quais a matéria pleiteada se enquadra no inciso VI do Art. 10.

**ITEM: 3.1**

**TEXTO ORIGINAL:**

Um algoritmo, a ser executado em determinado *hardware* e composto por instruções básicas, cujo objetivo é a resolução de um problema técnico produzindo efeito técnico pode ser considerado invenção.

**ALTERAÇÃO PROPOSTA:**

Um algoritmo, a ser executado em um *hardware* e composto por instruções básicas, cujo objetivo é a resolução de um problema técnico produzindo efeito técnico pode ser considerado invenção.

**RESPOSTA:**

Não acatada. Entretanto, o texto foi alterado para melhor esclarecer que um algoritmo (pleiteado na forma de método ou processo) pode ser considerado invenção independente do *hardware* onde seja implementado, desde que não incida em nenhum inciso do Art. 10. Cabe observar que, após a revisão do texto das diretrizes, o texto da Seção 3.1 foi movido para a Seção 4.

**ITEM: 3.3 §1º, §2º**

**TEXTO ORIGINAL:**

Consideram-se processadores de texto o software ou programa de computador em si que são usados para editar textos. Enquanto programa de computador em si, os processadores de texto não são considerados invenção por incidirem no inciso V do Artigo 10 da LPI (Programa de computador em si.) Por outro lado, processamento de texto é considerado um processo aplicado a um texto. Da mesma forma que, por exemplo, um método de processamento de áudio ou vídeo,

um método de processamento de texto pode ou não ser considerado invenção.

**ALTERAÇÃO PROPOSTA:**

Processamento de texto é considerado um processo aplicado a um texto. Métodos de processamento de texto são patenteáveis, desde que os padrões básicos de patenteabilidade sejam satisfeitos pela execução dos métodos em um computador. Da mesma forma que, por exemplo, um método de processamento de áudio ou vídeo, um método de processamento de texto pode ou não ser considerado invenção.

**RESPOSTA:**

Não acatada. O primeiro parágrafo foi mantido, pois considera-se necessário enfatizar a distinção entre processadores de texto e processamento de texto. Os demais parágrafos foram reformulados para eliminar a ambiguidade com relação aos termos “processadores de texto” e “métodos de processamento de texto”. Cabe observar que, após a revisão do texto das diretrizes, o texto da Seção 3.3 foi movido para a Seção 4.